

**XXI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA
ÁREA 8: ÁREA ESPECIAL 1: INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**

BRASIL-MERCOSUL: O PERFIL DE COMÉRCIO NOS ANOS 2000*

Rosangela Viegas Maraschin¹
Angélica Massuquetti²

Resumo: O objetivo do estudo foi analisar o perfil da pauta exportadora do Brasil para o Mercosul, por intensidade tecnológica, no período 2000-2014. A metodologia empregada foi a revisão bibliográfica e a base de dados utilizada foi o AliceWeb (MDIC). A identificação das categorias de intensidade tecnológica seguiu a classificação de Pavitt (1984). Os resultados revelaram um perfil semelhante entre as pautas de exportação do Brasil para o mundo e para o Mercosul no que se refere à expansão do comércio de produtos primários, evidenciando o processo de reprimarização. No entanto, ressalta-se a dominância dos produtos intensivos em economia de escala no comércio entre o Brasil e o bloco sul-americano.

Palavras-chave: Mercosul. Reprimarização das exportações. Intensidade tecnológica.

Abstract: The article analyzes the Brazilian exports profile to Mercosur, by its technological intensity, from 2000 to 2014. The methodology employed was a bibliography review and the data base used was the AliceWeb (MDIC). The technological intensity categories identification followed the Pavitt's classification (1984). The results showed a similar increase in Brazil's exports of primary products both to the world and to Mercosur, showing a reprimarization process. However, there were still a concentration of Brazilian exports in products intensive in scale economies the South American block. **Keywords:** Mercosur. Reprimarization of exports. Technological intensity.

JEL: F14, F15.

* As autoras agradecem as contribuições do Prof. Dr. André Filipe Zago de Azevedo (PPGE UNISINOS) no desenvolvimento desta pesquisa.

¹ Mestre em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE), da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail: ro.viegas@yahoo.com

² Professora no Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE), da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) E-mail: angelicam@unisinis.br

1 INTRODUÇÃO

A pauta exportadora brasileira, em 2000, era composta por 19,6% de produtos primários e por 20,9% de produtos intensivos em recursos naturais, totalizando 40,5%. O grupo formado pelos produtos intensivos em trabalho, em economia de escala, em pesquisa e desenvolvimento e de fornecedores especializados representava 57,6%. Em 2014, as exportações do Brasil para o mundo registravam outra composição: o grupo de produtos primários e de recursos naturais representava 64,4% e o grupo de produtos manufaturados reduziu-se para 33,5% do total. As exportações brasileiras, em 2014, totalizaram US\$ 225,1 bilhões, sendo que os produtos primários representavam 45,2% deste valor, revelando a importância das *commodities* na pauta exportadora do país. Em relação aos principais parceiros comerciais do Brasil, neste mesmo ano, destacaram-se China, Estados Unidos da América (EUA), União Europeia (UE) e Mercado Comum do Sul (Mercosul), sendo que a representação desse conjunto de destino dos produtos brasileiros foi de 61,5%. (BRASIL, 2015).

O aumento da participação dos produtos primários na pauta exportadora do país tem sido objeto de estudo na área de comércio internacional. As pesquisas têm indicado que há uma tendência à reprimarização da pauta exportadora brasileira, nos anos 2000, como afirmaram Posser e Massuquetti (2014), Avila (2012), Negri e Alvarenga (2011), Nassif (2011), Sonaglio et al. (2010) e Bresser-Pereira e Marconi (2008). Esses estudos revelaram que o Brasil, na última década, especializou-se menos na exportação de produtos manufaturados para o resto do mundo e aumentou o comércio externo de produtos primários.

Para Negri e Alvarenga (2011) e Sonaglio et al. (2010), o ganho de participação do Brasil nas exportações mundiais poderia ser explicado pelo aumento do comércio de *commodities*, principalmente, para países como China e Índia. Avila (2012) destacou que a velocidade do crescimento econômico chinês ocasionou uma alteração na organização produtiva mundial, aumentando progressivamente a participação da China no comércio mundial.

A evolução positiva da balança comercial de *commodities*, segundo Bresser-Pereira e Marconi (2008) e Negri e Alvarenga (2011), respectivamente, também foi acompanhada pela retração da balança comercial dos manufaturados, no período 1992-2005, e pela perda de *market share* em todos os demais grupos de produtos a partir de 2006. Nassif (2011) também analisou a mudança do perfil tecnológico da pauta de exportações do país, entre 2007 e 2010, e observou que as *commodities* avançaram de 41% para 51% do total de produtos vendidos pelo Brasil ao exterior. Para a autora, a reprimarização das exportações brasileiras não é apenas resultado de um bom

desempenho das *commodities* no mercado mundial, mas também reflexo da perda de competitividade de todos os demais setores industriais no comércio internacional.

Estes estudos têm apresentado indícios do processo de reprimarização da pauta exportadora brasileira nos anos 2000 em razão do desempenho da economia mundial e, conseqüentemente, da demanda por *commodities* nacionais. Contudo, no caso das exportações para o Mercosul, há predominância de produtos intensivos em economia de escala, resultando num fenômeno individualizado para o comércio Brasil-Mercosul, conforme comprovado por Posser e Massuquetti (2014).

Devido à relevância do Mercosul como um dos principais destinos das exportações do Brasil, sendo o quarto maior parceiro comercial do país, em 2014, busca-se analisar o perfil da pauta exportadora do Brasil para o Mercosul, por intensidade tecnológica, no período 2000-2014. A pesquisa é oportuna, tendo em vista que a crescente demanda mundial por *commodities* está ocasionando transformações na pauta exportadora brasileira, assim como a reprimarização das exportações do Brasil. No entanto, apesar do fluxo comercial Brasil-Mercosul também apresentar ampliação da participação dos produtos primários, ainda se mantém caracterizado pelas exportações de produtos intensivos em economia de escala, justificando o estudo acerca deste aspecto.

O artigo está estruturado, além desta introdução e das considerações finais, em mais três seções. Na segunda seção, são analisados os estudos empíricos sobre o comércio entre Brasil e Mercosul. Na terceira seção, são descritos os procedimentos metodológicos. Por fim, os resultados e discussões do estudo são expostos na quarta seção.

2 COMÉRCIO BRASIL-MERCOSUL: ESTUDOS EMPÍRICOS

De acordo com Carvalho e Silva (2007), a evolução das relações econômicas internacionais contemporâneas apresenta tendência à formação de blocos econômicos. A justificativa está em proporcionar maior liberdade de comércio, mesmo que discriminatória, objetivando aproveitar as vantagens comparativas recíprocas. Para Triches (2003), o aumento da intensidade do comércio intrabloco não se justifica pela teoria ricardiana tradicional das vantagens comparativas, em virtude do perfil tecnológico da pauta de importações e exportações entre os países ser bastante semelhante. Em geral, o que ocorre nos blocos econômicos é um intenso fluxo de comércio intraindústria, com a permutação de produtos e de um mesmo segmento industrial.

Moreira e Milhomem (2010) destacam o aumento de comércio entre os países-membros do Mercosul de 124,72%, no período de 2000 a 2007. Os autores consideram que o Mercosul tem

apresentado resultados como bloco de integração, atingindo seu objetivo de criação de comércio e desenvolvimento socioeconômico dos países-membros. Ademais, as relações comerciais do bloco com o resto do mundo vêm se expandindo de forma crescente, além das expectativas, considerando os avanços e retrocessos que acontecem normalmente em um bloco integracionista.

A formação do Mercosul intensificou as relações comerciais dos países-membros. No caso do Brasil, o fluxo de exportações foi ampliado, passando de US\$ 1,58 bilhão para US\$ 25,05 bilhões, no período pós-formação do bloco (1990 a 2014). Em termos de participação no total em unidades monetárias (dólares) das exportações brasileiras, em 1990, o Mercosul (4) representava 5,1% e, em 2014, ampliou-se para 9,1% em relação ao total geral exportado pelo Brasil para demais destinos. (BRASIL, 2015).

Ao considerar a ampliação do fluxo entre os países-membros, o comércio entre Brasil e Argentina tem sido favorável ao Brasil. Entre os anos de 1990 e 2014, as exportações, para esse país, passaram de US\$ 645 milhões para US\$ 14.282 milhões, enquanto que, para o Paraguai, as exportações aumentaram de US\$ 380 milhões para US\$ 3.193 milhões, e, para o Uruguai, ampliaram de US\$ 295 milhões para US\$ 2.945 milhões. As exportações brasileiras para a Venezuela, membro efetivo do bloco a partir de 2012, apresentaram elevação, passando de US\$ 515 milhões para US\$ 4.632 milhões, no período de 1990 a 2014.

Para Montoro, Vartanian e Curzel (2007), o fluxo Brasil-Mercosul apresentou índices elevados de participação para o setor manufatureiro e baixo para os não manufatureiros. Os altos índices de comércio intraindústria, identificados no período de 1996-2005, corresponderam aos setores de veículos e de produtos plásticos, como destacaram os autores. O comportamento das exportações do setor automotivo foi examinado por Azevedo e Massuquetti (2015), que analisaram o fluxo comercial Brasil-Mercosul, no período 1991-2010. O estudo demonstrou que o incremento do comércio com o Mercosul constitui-se no aumento da eficiência das empresas beneficiadas por um mercado ampliado e protegido, favorável a explorar os ganhos de escala, característicos do setor automotivo.

Gräf e Azevedo (2013), ao estimarem o fluxo potencial de comércio bilateral entre os países do Mercosul, no período de 1995 a 2010, indicaram a ampliação do fluxo bilateral de comércio entre seus países-membros, favorecido pela intensificação das negociações visando à integração dos países do bloco. O Brasil apresentou um fluxo real de comércio acima do comércio potencial, sugerindo um alto grau de abertura preferencial da economia brasileira aos seus parceiros do bloco. Os autores destacaram que isso ocorreu em detrimento do comércio extrabloco, especialmente envolvendo Brasil e Argentina. Justificado, neste caso, pela existência de acordos que privilegiam o

comércio bilateral em detrimento das importações extrabloco, envolvendo setores com forte participação no comércio bilateral, especialmente o automotivo.

Azevedo e Massuquetti (2009) analisaram as políticas dos países do Mercosul em relação às tarifas extrabloco, nos anos 1990, através do estabelecimento da Tarifa Externa Comum (TEC). Os autores apresentaram evidências empíricas para o aumento de protecionismo do Mercosul em relação a países não membros do bloco, após a implementação da TEC, com destaque para os setores mais protegidos em 1994: armas e munições (20,0%), calçados (19,1%), matérias têxteis (17,3%), produtos alimentares (14,9%) e material de transporte (14,8%). Em Lemos e Azevedo (2011), a partir de 2000, com o Acordo sobre a Política Automotiva do Mercosul, as alíquotas de imposto de importação para os veículos em geral originários de países não membros do Mercosul ampliaram o protecionismo setorial.

Os impactos da criação do Mercosul sobre os fluxos de comércio que possam ser atribuídos exclusivamente à formação do bloco foram examinados por Reis e Azevedo (2008). Os resultados, com o uso do modelo gravitacional, no período de pré-integração (1987 a 1990), demonstraram que já havia um viés de comércio intrabloco mesmo antes de sua constituição formal, bem como que não houve um significativo aumento no comércio intrabloco causado pela integração regional. Para os autores, grande parte do crescimento do comércio intrabloco, no período de 1997 a 2001, ocorreu em produtos onde o bloco não era competitivo, sugerindo que o mesmo gerou desvio de comércio e contrariando a proposição de que o aumento significativo do comércio intrabloco, durante a década de 1990, teria sido causado pela formação do Mercosul.

Apesar de haver um incremento no comércio exterior dos países-membros do Mercosul para o mundo, os países integrantes não conseguiram aumentar a participação no comércio intrabloco, como destacaram Grimaldi, Carneiro e Oliveira (2012). Os autores demonstraram que as exportações de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, somadas, representavam, em 1992, 20,4% do total que o Mercosul comprava e, em 2008, elas passaram para 18,2% e demonstraram que houve alteração na distribuição entre diferentes categorias de produtos. Na análise do fluxo comercial do Mercosul, observou-se que as categorias de produtos que apresentaram crescimento, em 2008, foram os de recursos naturais e os de alta tecnologia, sendo que a categoria de média tecnologia, a que pertence o setor automotivo e transporte, reduziu a sua participação neste período.

Em termos de competitividade, Grimaldi, Carneiro e Oliveira (2012), utilizando o Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR), demonstraram que o Brasil possuía vantagem comparativa revelada em 476 produtos, em 1993. Ao final do período, em 2008, o número total de bens com vantagem comparativa alcançou a menor quantidade (389), indicando a perda de mercado no Mercosul em um número expressivo de produtos. Os autores sugeriram que, no período, a causa

da perda de competitividade brasileira fora devido a questões de câmbio, bem como que o Brasil teria ingressado num processo de especialização comercial, reduzindo o número de produtos com os quais o país concorria, mas aumentando sua competitividade nos remanescentes.

Em Azevedo (2004), a análise do fluxo do comércio do Mercosul mostrou que o comércio intramercosul exibiu um padrão completamente diferente das exportações extrabloco. Enquanto a maioria dos produtos exportados para os demais países continuou a mesma, revelando vantagens comparativas em todos os períodos analisados, houve mudanças substanciais nos produtos exportados dentro do bloco pós-integração. Os produtos do comércio intramercosul antes da formação do Mercosul, 1987-1990, eram prioritariamente algodão, couro e carne, passando, em 1995-1998, a ser produtos automotivos, exceto ônibus, caminhões e autopeças.

No período de 1990 a 1998, Vasconcelos (2003) destacou que o crescimento do intercâmbio entre o Brasil e os demais países que compõem o Mercosul foi caracterizado, basicamente, pelo incremento no fluxo de comércio intraindústria. Para o autor, o maior intercâmbio de produtos de um mesmo segmento industrial evidencia o efeito de aumento da especialização da produção, indicando que a liberalização comercial gera um aumento nos índices de comércio intraindústria.

Guimarães (2000) demonstrou que as relações comerciais na região se estabeleceram para um conjunto de setores industriais, modificando suas vantagens comparativas estáticas em direção à construção de vantagens comparativas dinâmicas. Para o autor, apesar das participações na pauta exportadora ainda corresponderem a produtos de baixo teor tecnológico, as exportações do Mercosul que mais cresceram foram as de média-alta intensidade tecnológica, no período 1986-1996. Seus resultados mostraram, dessa forma, um padrão de comércio concentrado por produtos voltados às relações comerciais intramercosul e bastante diversificado para as relações fora do Mercosul, demonstrando, ainda, modificações no comportamento dos setores industriais intensivos em capital e tecnologia favoráveis à adoção de estratégias multilaterais de comércio exterior.

Entre os estudos sobre as exportações do Brasil para o Mercosul, destacam-se os relacionados à indústria automotiva, como Azevedo e Massuquetti (2015), Gräf e Azevedo (2013), Lemos e Azevedo (2011), Reis e Azevedo (2008) e Azevedo (2004), que consideraram que o incremento no fluxo de comércio entre o Brasil e os países do bloco caracteriza-se por produtos intraindústria, bem como que tal incremento tem propiciado a criação de vantagens comparativas dinâmicas na região.

A concorrência externa foi reduzida com o aumento do protecionismo a alguns setores no Mercosul em relação a países extrabloco, como indicou o estudo de Azevedo e Massuquetti (2009). O Brasil e a Argentina, por sua vez, obtiveram maior dinamismo nas relações comerciais e

produtivas no período de pós-integração, conforme afirmaram Grimaldi, Carneiro e Oliveira (2012) e Gräf e Azevedo (2013).

As exportações brasileiras para o Mercosul foram estudadas, como visto anteriormente, e os resultados demonstram o comportamento do fluxo comercial intrabloco, que é caracterizado principalmente pelo incremento de comércio dos setores de materiais de transporte, como os veículos automotores. A conclusão do estudo das exportações brasileiras para o Mercosul difere das registradas na primeira subseção sobre reprimarização da pauta exportadora do país. A indicação do acréscimo na participação dos produtos intensivos em escala, direcionados especificamente no fluxo comercial Brasil-Mercosul, apresenta diferenciação da tendência indicada para os demais principais destinos: China, EUA e UE.

Atualmente, como destaca Baldwin (2011), um aspecto importante do processo produtivo mundial é a fragmentação da produção nas cadeias globais de valor. Embora o Brasil não ainda tenha se beneficiado deste processo, visto a sua pequena participação nas cadeias globais de valor, de acordo com Canuto, Fleischhaker e Schellekens (2015), o comércio bilateral com a Argentina no setor de material de transporte parece ser uma exceção à regra. A formação do Mercosul e o elevado grau de protecionismo do setor automotivo parece ter influenciado as estratégias de localização das grandes empresas multinacionais do setor que atuam na região, estimulando o comércio intrabloco.

Na próxima seção, apresenta-se a classificação de produtos por grau de intensidade tecnológica e os instrumentos e critérios utilizados para analisar a evolução das exportações brasileiras.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A base de dados utilizada neste estudo foi o Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (AliceWeb), da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O período de estudo foi de 2000 a 2014 e a variável analisada foi a exportação brasileira em termos monetários (US\$ *Free On Board* – FOB).

As informações foram agrupadas conforme o grau tecnológico dos produtos brasileiros exportados para o mundo e os destinos selecionados: China, EUA, UE, Mercosul (4) e Mercosul (5). Conforme conceituação utilizada para acesso à base de dados, os países são agrupados por blocos econômicos, seguindo a constituição de regiões geoeconômicas e acordos internacionais (BRASIL, 2015), sendo classificado como Mercosul (4) os dados referentes às exportações do Brasil para a Argentina, o Paraguai e o Uruguai. O Mercosul (5) inclui, ainda, a Venezuela.

Para eleger os principais produtos exportados pelo Brasil para o mundo e demais destinos selecionados, considerou-se o grupo de produtos que totalizasse o mínimo de 50% da pauta exportadora completa, em valores monetários, em 2014. (BRASIL, 2015). Assim, identificou-se um grupo de 15 produtos correspondente a percentagem desejada. Contudo, em relação ao Mercosul, verificou-se que, para atingir os 50%, seria necessário um grupo de 38 produtos, demonstrando a maior diversificação desta pauta em comparação ao demais destinos investigados. Neste caso, para fins deste estudo, o grupo de 15 produtos representou 36,7%, para o Mercosul (4), e 34,8%, para o Mercosul (5).

Os dados seguem a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), que tem como base o Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias com 6 dígitos (SH6), classificação adotada internacionalmente. Segundo Posser e Massuquetti (2014), para a análise da evolução das exportações por produto é necessário correlacionar as versões da NCM (NCM 1996, NCM 2002, NCM 2007 e NCM 2012). A NCM deriva da Nomenclatura Internacional denominada Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH), gerido pelo Conselho de Cooperação Aduaneira, órgão responsável por revisar periodicamente e publicar novas edições da Nomenclatura, ligado à Organização Mundial das Alfândegas (OMA).

A classificação de intensidade tecnológica adotada neste estudo foi baseada na tipologia de Pavitt (1984), adaptada por Guerrieri (1991), que classifica os produtos em: primários (PP), intensivos em recursos naturais (IRN), intensivos em trabalho ou tradicional (IT), intensivos em escala (IEE), fornecedores especializados (FE) e intensivos em P&D (P&D). Para a conversão dos códigos de produtos de subposição – SH6, foi utilizado o modelo usado na aplicação dessa mesma tipologia, descrito em Laplane et al. (2001).

Na próxima seção, são apresentados os resultados do estudo a partir da análise da evolução das exportações brasileiras, por intensidade tecnológica, para o mundo e os principais destinos e, em especial, para os países do Mercosul.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O perfil de produtos brasileiros, classificados por grau de intensidade tecnológica, exportados para o Mercosul apresentou mudanças entre os anos de 2000 e de 2014 (Tabela 1). Em relação ao Mercosul (5), em 2014, 65,2% dos produtos brasileiros exportados eram classificados como IT, IEE, FE e P&D. No período 2000-2014, houve redução de participação dos produtos IRN (-0,9 p.p.), IT (-6,2 p.p.), FE (-2,1 p.p.) e P&D (-6,9 p.p.). Destacam-se os PP, que ampliaram sua

participação em 14,1 p.p., e os IEE, que, em 2000, representavam 40,1% do total exportado e passaram para 42,2%, em 2014. No cenário Mercosul (4), observa-se o mesmo perfil, sendo que os PP e os IEE ampliaram a participação na pauta em 8,1 p.p. e 7,8 p.p., respectivamente, e os demais produtos reduziram sua participação.

Tabela 1 - Participação por grau de intensidade tecnológica nas exportações do Brasil para o Mercosul em %, 2000-2014

Grau de Intensidade Tecnológica	Participação na Pauta Exportadora em %															Variação 2000/2014 (p.p.)
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
Mercosul (5)																
PP	5,6	6,1	7,4	6,4	5,1	4,9	4,9	5,8	9,1	8	10,5	11	11,2	12,7	19,7	14,1
IRN	16,0	16,6	21,2	17,3	14,1	13,4	14,7	14,9	16,7	20,9	15,4	16,4	14,7	13,2	15,1	-0,9
IT	12,5	13,7	9,7	10,4	8,7	8	7,5	7,4	6,7	7,1	6,7	6,5	6,8	6,0	6,3	-6,2
IEE	40,1	40,6	40,2	43,1	47,9	47,5	46,1	48	45	41	45,4	45,6	47,5	50,1	42,2	2,1
FE	13,5	14	11,8	13,9	14,8	13,7	13,3	13,4	13,4	12,7	13,3	13,5	13,8	11,8	11,4	-2,1
P&D	12,2	8,9	9,6	8,9	9,4	12,5	13,5	10,5	9	10,1	8,6	7,0	5,9	6,2	5,3	-6,9
NC	0,1	0,1	0,1	0	0	0	0	0	0,1	0,2	0,1	0	0,1	0,1	0,1	0
Mercosul (4)																
PP	5,7	6,7	8,5	6,7	4,8	4,6	4,6	4,1	4,9	3,8	6,3	7,7	7,4	7,4	13,8	8,1
IRN	16,2	17,9	23	17	14,1	13,9	15,5	16	16,2	21,6	14,4	15,5	14,7	12,8	13,8	-2,4
IT	12,9	14,3	9,7	10,6	9	8,4	8,1	7,9	6,9	7,4	7	6,7	7,2	6,6	7,1	-5,8
IEE	40,2	38,3	38,7	43,6	48,9	48,3	48	49,2	50,3	44,9	49,9	49,5	52,6	56,4	48	7,8
FE	13,3	13,8	10,6	13,7	14,3	13,7	13,3	13,8	13,6	12,3	13,7	13,6	12,8	12,2	12,5	-0,8
P&D	11,6	8,9	9,5	8,4	8,9	11	10,5	9	8,1	10	8,8	7	5,1	4,5	4,6	-7
NC	-0,1	-0,1	0	0	0	-0,1	0	0	0	0	0,1	0	-0,2	-0,1	-0,2	-0,1

PP – Produtos Primários; IRN – Intensivos em Recursos Naturais; IT – Intensivos em Trabalho; IEE – Intensivos em Economia de Escala; FE – Fornecedores Especializados; P&D – Intensivos em P&D; NC – Não Classificado

Fonte: Brasil (2015).

Dentre os principais setores, destacam-se o automotivo, os tratores rodoviários, os pneus de borracha, os acessórios de veículos e os medicamentos. O acordo comercial sobre a Política Automotiva no Mercosul, implementado a partir do ano de 2000, permitiu a ampliação da participação do setor. Caracterizado como produto IEE, destaca-se como o principal setor exportador em 2014, conforme a Tabela 1. Azevedo e Massuquetti (2015), Gräf e Azevedo (2013), Lemos e Azevedo (2011), Reis e Azevedo (2008) e Azevedo (2004) consideraram que o incremento no fluxo de comércio entre o Brasil e os países do bloco caracteriza-se por produtos intraindústria e que tal acréscimo tem propiciado a criação de vantagens comparativas dinâmicas na região.

Para o Brasil, o Mercosul representa a oportunidade de expansão das exportações, em especial de produtos industrializados, como afirmou Patriota (2013). Desde a assinatura do Tratado de Assunção, em 1991, o valor do comércio intrabloco cresceu mais de nove vezes, enquanto a corrente comercial do bloco com o resto do mundo multiplicou-se por oito. Em ambas as

dimensões, intrazona e com terceiros, os dados indicam que os resultados comerciais do Mercosul são positivos, como afirma o autor.

No período de 2000 a 2014, o valor total exportado pelo Brasil para os países do Mercosul (5) cresceu 195% (Tabela 2). Para BID (2015), a redução das exportações do Brasil para o Mercosul (5), no final do período, refletiram a desaceleração das atividades e do desempenho na economia mundial e a perda de dinamismo da absorção interna. Destaca-se a estagnação e a contração das economias do bloco, como na Argentina e na Venezuela, como fatores de impacto no comércio.

Tabela 2 - Evolução das exportações do Brasil-Mercosul (5) em milhões de US\$, 2000-2014

Anos	Argentina	Paraguai	Uruguai	Venezuela	Total
2000	6.237,7	832,5	669,4	752,9	8.492,5
2001	5.009,8	721,2	643,4	1.095,3	7.469,7
2002	2.346,5	559,6	412,5	798,9	4.117,6
2003	4.569,7	708,7	405,8	608,2	6.292,5
2004	7.390,9	873,3	670,6	1.469,8	10.404,7
2005	9.930,1	962,7	853,1	2.223,7	13.969,7
2006	11.739,6	1.233,6	1.012,6	3.565,4	17.551,2
2007	14.416,9	1.648,2	1.288,4	4.723,9	22.077,5
2008	17.605,6	2.487,6	1.644,1	5.150,2	26.887,5
2009	12.784,9	1.683,9	1.360,1	3.610,3	19.439,3
2010	18.522,5	2.547,9	1.531,1	3.853,9	26.455,5
2011	22.709,3	2.968,6	2.174,6	4.591,8	32.444,3
2012	17.997,7	2.617,5	2.184,6	5.056,0	27.855,8
2013	19.615,4	2.996,6	2.071,4	4.849,8	29.533,3
2014	14.281,9	3.193,6	2.945,4	4.632,1	25.053,1

Fonte: Brasil (2015).

A Argentina destaca-se como importante parceiro comercial, sendo que suas importações de produtos brasileiros, em 2000, totalizavam US\$ 6,2 bilhões e, em 2014, alcançaram US\$ 14,3 bilhões, representando 129% de crescimento. Entre os principais países de destino das exportações brasileiras, em 2014, a Argentina ocupou o terceiro lugar, com 6,3% do total, superada pela China e pelos EUA. (BRASIL, 2015).

A Venezuela, segundo maior destino das exportações brasileiras para o Mercosul, em 2014, ampliou a participação nos últimos anos, pós-adesão ao bloco, em 2012. O Uruguai ampliou o comércio de produtos brasileiros em 340% e o Paraguai em 283,6%, no período de 2000 a 2014. As exportações brasileiras para o Paraguai apresentaram expansão em razão do resultado direto da aproximação entre os países por meio de reuniões bilaterais e ampliação do intercâmbio comercial paraguaio-brasileiro, como destacaram Moreira e Milhomem (2010). E com a criação do Grupo de Alto Nível (GAN), em 2012, ampliaram-se as relações Brasil-Uruguai e ocorreu o aprofundamento da integração dos países. Conforme BID (2015), para o enfrentamento das dificuldades legais,

normativas e operacionais de acesso aos mercados, o Grupo promoveu ações, entre elas, a de renovação de acordos bilaterais, como os de integração produtiva, infraestrutura de transporte e circulação de bens, serviços e pessoas. Para Moreira e Milhomem (2010), as diferenças no comércio intrabloco permite ao Paraguai, país com uma economia menor, assim como ao Uruguai, reivindicar maiores concessões de ordem econômica nas negociações do Mercosul.

A Tabela 3 ressalta a variação na participação das exportações brasileiras para os países do Mercosul, no período 2000/2014, considerando os cenários do Mercosul (4) e do Mercosul (5). A Argentina destacou-se como principal parceiro e registrou redução na participação no período, em ambos os cenários. Os demais países do bloco apresentaram crescimento nas importações brasileiras, tendo a Venezuela ampliado o comércio e alcançado o segundo lugar com 18,5% do total exportado para o Mercosul (5), em 2014.

Tabela 3 - Participação das exportações do Brasil para os países do Mercosul em %, 2000/2014

Países/Anos	2000		2014		Variação em p.p.	
	Mercosul (4)	Mercosul (5)	Mercosul (4)	Mercosul (5)	Mercosul (4)	Mercosul (5)
Argentina	80,6	73,4	69,9	57,0	-10,7	-16,4
Paraguai	10,8	9,8	15,6	12,7	4,9	2,9
Uruguai	8,6	7,9	14,4	11,8	5,8	3,9
Venezuela	-	8,9	-	18,5	-	9,6
Total	100	100	100	100	-	-

Fonte: Brasil (2015).

A distribuição de produtos, por nível de intensidade tecnológica, no fluxo Brasil e Argentina, em 2000, caracterizava-se pelo grupo de PP (65,1%) e de IRN (29,6%), totalizando 94,7% do total (Tabela 4). A partir de 2003, esse fluxo de produtos inverte-se, ampliando a participação dos produtos IT, IEE, FE e P&D, alcançando 81,7% da pauta exportadora em 2014. O grupo de produtos IEE teve o maior incremento, 56,3 p.p., nas exportações do Brasil para a Argentina, como resultado dos acordos comerciais setoriais, como o do automotivo. Conforme Lemos e Azevedo (2011), os países-membros convergiram suas alíquotas a níveis que favorecessem o fluxo comercial até o ano de 2006.

Tabela 4 - Participação por grau de intensidade tecnológica nas exportações do Brasil para Argentina em % – 2000-2014

Grau de Intensidade Tecnológica	Participação na Pauta Exportadora em %															Variação 2000/2014 (p.p.)
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
PP	65,1	59,9	54,5	7,1	4,5	4,6	4,6	3,8	4,8	3,1	6,3	7,7	6,7	6,1	8,6	-56,5
IRN	29,6	32,1	30,6	14,8	11,7	11,5	12,2	12,7	12,3	18,5	11,5	12,5	10,5	9,2	9,7	-19,9
IT	1,2	2,5	2,1	9,7	8,1	7,5	7,4	7,3	6,5	6,7	6	5,7	6,1	5,1	5,8	4,6
IEE	1,9	2,6	3,1	46	51,6	50,7	50,7	52,4	54,3	48,2	53,6	53,8	58,4	63,3	58,2	56,3
FE	0,3	0,4	3,1	13,7	14,6	14,1	14	14,1	13,4	12,6	13,6	13,3	13	11,7	12,4	12,1
P&D	1,9	2,5	6,6	8,6	9,5	11,6	11,1	9,5	8,7	10,9	9	7	5,2	4,5	5,2	3,3
NC	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1

PP – Produtos Primários; IRN – Intensivos em Recursos Naturais; IT – Intensivos em Trabalho; IEE – Intensivos em Economia de Escala; FE – Fornecedores Especializados; P&D – Intensivos em P&D; NC – Não Classificado

Fonte: Brasil (2015).

O perfil tecnológico das exportações brasileiras para o Paraguai, em 2000, era caracterizado por produtos classificados como IEE e IRN, totalizando 61,9% do total exportado. Apesar de apresentar redução nos produtos IEE, no período, observa-se a manutenção do mesmo perfil, em 2014. No período, destaca-se a ampliação do comércio dos produtos de FE (8,2 p.p.) e a queda das vendas dos produtos classificados como IT e P&D, em 4,9 p.p. e em 3,5 p.p., respectivamente (Tabela 5).

Tabela 5 - Participação por grau de intensidade tecnológica nas exportações do Brasil para o Paraguai em %, 2000-2014

Grau de Intensidade Tecnológica	Participação na Pauta Exportadora em %															Variação 2000/2014 (p.p.)
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
PP	4,0	2,1	2,9	2,2	2,9	3,0	3,6	4,3	4,6	6,5	5,5	5,9	6,1	5,4	5,4	1,4
IRN	30,1	30,3	30,7	28,3	29,5	31,2	38,5	35,1	36,2	36,3	32,4	27,5	30,6	31,9	34,5	4,4
IT	16,2	15,3	11,2	11,0	11,4	12,5	11,0	10,0	8,7	10,8	11,4	11,6	12,0	11,9	11,3	-4,9
IEE	31,8	32,8	33,0	34,1	34,7	33,6	30,5	31,5	30,1	29,5	29,7	30,7	31,2	28,9	26,1	-5,6
FE	10,4	11,2	14,7	17,2	15,6	12,7	10,0	14,1	16,5	11,5	16,0	19,4	15,6	17,4	18,5	8,2
P&D	7,5	8,3	7,5	7,2	6,0	7,0	6,4	5,2	3,8	5,3	5,0	4,8	4,7	4,5	4,0	-3,5
NC	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0

PP – Produtos Primários; IRN – Intensivos em Recursos Naturais; IT – Intensivos em Trabalho; IEE – Intensivos em Economia de Escala; FE – Fornecedores Especializados; P&D – Intensivos em P&D; NC – Não Classificado

Fonte: Brasil (2015).

Em 2000, a maioria produtos exportados pelo Brasil para o Uruguai (70,43% do total) era classificada como IT, IEE, FE e P&D, com destaque para os grupos de automóveis, máquinas e plásticos. A pauta de exportação brasileira, em 2014, apresentou uma mudança no perfil tecnológico, sendo 60,2% do total de produtos exportado classificados como PP e IRN. As maiores

reduções foram verificadas no grupo de produtos IT e IEE, sendo de 10,8 p.p. e de 13,4 p.p., respectivamente, conforme Tabela 6.

Tabela 6 - Participação por grau de intensidade tecnológica nas exportações do Brasil para o Uruguai em %, 2000-2014

Grau de Intensidade Tecnológica	Participação na Pauta Exportadora em %															Variação 2000/2014 (p.p.)
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
PP	8,4	7,7	10,9	10,0	9,7	6,1	5,7	6,5	5,6	7,3	7,2	9,6	14,8	22,6	48,4	40,0
IRN	20,8	18,7	24,2	22,1	20,8	23,7	25,9	28,9	27,8	31,7	19,6	30,3	30,3	20,0	11,8	-9,0
IT	19,9	24	21,7	19,8	15,8	14,3	12,7	11,1	9,2	10,1	11,6	10,1	10,8	13,0	9,2	-10,8
IEE	35,2	33,2	28,0	31,5	36,9	37,4	37,7	35,7	38,4	33,5	38,9	30,8	30,6	31,4	21,9	-13,4
FE	9,1	9	6,3	8,3	9,9	9,33	9,3	10,8	11,1	10,2	11,2	9,2	7,9	8,7	6,1	-2,9
P&D	6,2	7,1	8,6	8,1	6,7	9,2	8,5	6,9	7,8	7,9	11,4	9,84	5,5	4,2	2,7	-3,6
NC	0,3	0,3	0,1	0,2	0,1	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	-0,3

PP – Produtos Primários; IRN – Intensivos em Recursos Naturais; IT – Intensivos em Trabalho; IEE – Intensivos em Economia de Escala; FE – Fornecedores Especializados; P&D – Intensivos em P&D; NC – Não Classificado

Fonte: Brasil (2015).

Apesar de ser recente o seu ingresso no Mercosul, a Venezuela representou o segundo principal destino das exportações brasileiras no bloco, em 2014, com 18,5% de participação. No início dos anos 2000, a Venezuela importava 82% da pauta de produtos manufaturados classificados como IT, IEE, FE e P&D. Em 2014, 66,3% das exportações brasileiras para a Venezuela passaram a ser de PP e IRN (Tabela 7).

Tabela 7 - Participação por grau de intensidade tecnológica nas exportações do Brasil para a Venezuela em %, 2000-2014

Grau de Intensidade Tecnológica	Participação na Pauta Exportadora em %															Variação 2000/2014 (p.p.)
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
PP	4,5	3,0	2,8	3,6	7,1	6,5	6,4	12,1	27,1	26,6	35,6	31,4	28,1	40,1	45,5	41,0
IRN	13,7	8,8	13,6	20,1	13,9	10,5	11,4	10,7	19,2	18,1	21,2	21,8	14,8	14,8	20,8	7,1
IT	8,7	10,4	10,1	8,3	6,9	5,8	5,0	5,9	5,6	5,8	4,9	5,3	5,1	2,7	2,3	-6,4
IEE	39,1	53,6	46,6	38,5	41,9	42,8	38,8	43,7	22,8	23,9	19,1	21,7	24,1	18,0	16,5	-22,6
FE	15,9	15,3	16,8	15,3	18,1	14,0	13,3	11,9	12,3	14,6	11,4	12,6	18,3	9,7	6,8	-9,1
P&D	18,2	8,9	10,1	14,2	12,0	20,4	25,2	15,8	12,9	10,8	7,8	7,2	9,6	14,7	8,1	-10,1
NC	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0	0

PP – Produtos Primários; IRN – Intensivos em Recursos Naturais; IT – Intensivos em Trabalho; IEE – Intensivos em Economia de Escala; FE – Fornecedores Especializados; P&D – Intensivos em P&D; NC – Não Classificado

Fonte: Brasil (2015).

Como se observa na Tabela 8, houve a ampliação do comércio dos PP para o Mercosul (5) e o Mercosul (4), com destaque para as importações da Venezuela e do Uruguai. O comércio dos

produtos IEE registrou crescimento também em ambos os cenários (2,1 p.p. para o Mercosul (5) e 7,8 p.p. no Mercosul (4)), refletindo o fluxo Brasil-Argentina, que teve expansão de 56,3 p.p. Destaca-se, ainda, a ampliação de participação de produtos IT, FE e P&D para a Argentina; FE, IRN e PP para o Paraguai; e também IRN para a Venezuela.

Tabela 8 - Variação em p.p. das exportações do Brasil-Mercosul, por grau de intensidade tecnológica, 2000/2014

Grau de Intensidade Tecnológica	Mercosul (5)	Mercosul (4)	Argentina	Paraguai	Uruguai	Venezuela
PP	14,1	8,1	-56,5	1,4	40,0	41,0
IRN	-0,9	-2,4	-19,9	4,4	-9,0	7,1
IT	-6,2	-5,8	4,6	-4,9	-10,8	-6,4
IEE	2,1	7,8	56,3	-5,6	-13,4	-22,6
FE	-2,1	-0,8	12,1	8,2	-2,9	-9,1
P&D	-6,9	-7	3,3	-3,5	-3,6	-10,1
NC	0	-0,1	0,1	0	0,3	0

PP – Produtos Primários; IRN – Intensivos em Recursos Naturais; IT – Intensivos em Trabalho; IEE – Intensivos em Economia de Escala; FE – Fornecedores Especializados; P&D – Intensivos em P&D; NC – Não Classificado

Fonte: Brasil (2015).

Este estudo demonstra a predominância dos produtos classificados como IEE no comércio Brasil-Mercosul, seguidos da crescente exportação de PP e de IRN nos anos 2000. Conforme descrito por BID (2015), Azevedo e Massuquetti (2015), Gräf e Azevedo (2013) e Lemos e Azevedo (2011), dentre os determinantes da diferenciação da pauta exportadora total brasileira, em comparação com a do Mercosul (5), no período 2000-2014, identificam-se os acordos comerciais setoriais, como o do automotivo e demais acordos bilaterais, realizados pelo Brasil e os países-membros, gerando uma estrutura tarifária (TEC) favorável ao comércio intrabloco.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, observou-se uma evolução similar do perfil das pautas de exportação do Brasil para o mundo e para o Mercosul no que se refere à expansão do comércio de produtos primários, no período 2000-2014. Os resultados corroboram os estudos prévios que trataram desse tema, que haviam indicado uma tendência à reprimarização da pauta exportadora brasileira, nos anos 2000. No entanto, percebeu-se a dominância dos produtos intensivos em economia de escala no comércio entre o Brasil e o bloco sul-americano.

O Mercosul privilegiou o comércio bilateral do setor automotivo, setor classificado como intensivo em economia de escala, sobretudo entre Brasil e Argentina, em detrimento das importações extrabloco. Para Azevedo e Massuquetti (2015), como resultado, houve um aumento da eficiência das empresas do setor que atuam no âmbito do bloco, beneficiadas pelo mercado ampliado e protegido da competição de fora do bloco para explorar os ganhos de escala.

Apesar do Brasil não ter se beneficiado ainda de uma maior participação nas cadeias globais de valor, como afirmaram Canuto, Fleischhaker e Schellekens (2015), o comércio entre o país e o vizinho argentino, principalmente no setor de material de transporte, apresenta-se como uma exceção. O comércio intrabloco tem sido estimulado pelas estratégias de localização das grandes empresas multinacionais do setor que atuam na região, influenciadas pela formação do bloco e pelo protecionismo do setor automotivo. Para os autores, a baixa participação do Brasil nas cadeias globais de valor diminuiu a atuação das empresas nacionais em setores de maior conteúdo tecnológico, com exceção dos produtos intensivos em economia de escala no âmbito do Mercosul, restringindo as exportações destes setores para fora do bloco.

Para pesquisas futuras, sugere-se o aprofundamento da investigação sobre os fatores determinantes para a redução de participação dos produtos manufaturados nas exportações brasileiras, permitindo indicar as principais causas desse fenômeno. Além disso, recomenda-se desenvolver estudos sobre a competitividade e o nível de inovações das indústrias exportadoras de produtos intensivos em trabalho, em economia de escala, em fornecedores especializados e intensivos em P&D para o mundo e no domínio do Mercosul. Por fim, considerando que o Brasil tem se beneficiado do comércio com os demais países do Mercosul, recomenda-se mensurar os efeitos da intenção do governo brasileiro de ampliar as negociações comerciais entre os países membros do bloco e a retomada de diálogo com demais países e blocos econômicos internacionais a partir do PNE.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVILA, R. I. “Efeito-China” no comércio externo brasileiro e gaúcho pós 2000. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p.83-92, 2012.
- AZEVEDO, A. F. Z. Mercosur's change in trade patterns. *Revista Análise Econômica*, Porto Alegre, ano 22, n. 41, p. 53-80, 2004.

- AZEVEDO, A.; MASSUQUETTI, A. Exports from the Brazilian automotive sector to the southern common market: trade diversion or cost reduction? *CEPAL Review (Print)*, Santiago de Chile, v. 115, p. 145-163, 2015.
- AZEVEDO, A.; MASSUQUETTI, A. TEC no âmbito do Mercosul: teoria e prática. *Revista Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 27, n. 52, 2009.
- BALDWIN, R. Trade and industrialisation after globalisation's 2nd unbundling: how building and joining a supply chain are different and why it matters. *NBER Working Paper*, n. 17716, 2011.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). Instituto para a Integração da América Latina e Caribe (INTAL). Setor de integração e comércio. *Informe Mercosul*, Buenos Aires, n. 19, 2015. Disponível em: <<http://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/6704/Informe%20MERCOSUL%20N%C2%B0%2019%20%282013-2014%29%20Segundo%20semestre%202013%20-%20Primeiro%20semestre%202014.pdf?sequence=4>>. Acesso em: 13 fev. 2015.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio (MDIC). Secretaria de Comércio Exterior (SECEX). *Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (ALICEWEB2)* Base de dados, Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://aliceweb.mdic.gov.br>>. Acesso em: 21 jul.2015.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONI, N. Existe doença holandesa no Brasil? In: FÓRUM DE ECONOMIA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 4., 2008, São Paulo (SP). *Anais ...* São Paulo (SP): FGV/EESP, 2008.
- CANUTO, O.; FLEISCHHAKER, C.; SCHELLEKENS, P. O curioso caso da falta de abertura do Brasil ao comércio. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Rio de Janeiro, n. 122, p. 19-25, jan./mar. 2015.
- CARVALHO, M. A.; SILVA, C. R. L. *Economia internacional*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- GRÄF, C. O.; AZEVEDO, A. Comércio bilateral entre os países membros do Mercosul: uma visão do bloco através do modelo gravitacional. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 135-158, 2013.
- GRIMALDI, D.; CARNEIRO, F.; OLIVEIRA, L. F. Padrões de especialização comercial no Mercosul. *Texto para Discussão IPEA*, Brasília, DF, n. 1692, jan. 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15140>. Acesso em: 16 jun. 2015.
- GUERRIERI, P. *Technology and international trade performance in the most advanced countries*. Roma: Publication, 1991. Disponível em: <<http://www.escholarship.org/uc/item/1f1116fd>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

- GUIMARÃES, E. Componente tecnológico comparativo das exportações ao Mercosul e ao resto do mundo. *Texto para Discussão IPEA*, Brasília, DF, n. 765, 2000. Disponível em: <www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4016> Acesso em: 21 mar. 2015.
- LAPLANE, M. F. et al. El caso brasileño. In: CHUDNOVSKY, D. (Coord.). *El boom de las inversiones extranjeras directas en el Mercosur*, Buenos Aires: Siglo XXI, 2001. Disponível em: <http://www.redmercosur.org/el-boom-de-inversion-extranjera-directa-en-el-mercosur/publicacion/88/es/tem_16/>. Acesso em: 28 jun. 2015.
- LEMOS, C.; AZEVEDO, A. As exportações brasileiras do setor automotivo para o Mercosul: desvio ou supressão de comércio? In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 5., 2011, Florianópolis (SC). *Anais ...* Florianópolis (SC): APEC, 2011.
- MONTORO, F.; VARTANIAN, P. R.; CURZEL, R. Uma investigação da evolução do comércio intra-indústria na relação Brasil-Mercosul no período 1996-2005: o que revelam os dados?. In: REUNIÓN DE ECONOMÍA MUNDIAL, 9., 2007. Madrid (ES). *Anais...* Madrid (ES): UAM, 2007.
- MOREIRA, S. V.; MILHOMEM, E. É. L. Evolução recente do comércio exterior brasileiro com os países do Mercosul. *Texto para Discussão IPEA*, Brasília, DF, n. 1466. 2010. Disponível em: <<https://www.econstor.eu/dspace/bitstream/10419/91082/1/617132593.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2015.
- NASSIF, M. I. Exportações - o avanço das *commodities*. *Desafios IPEA*, São Paulo, ano 8. ed. 66, jul. 2011.
- NEGRI, F.; ALVARENGA, G. V. A primarização da pauta de exportações no Brasil: ainda um dilema. *Boletim Radar - IPEA*, São Paulo, v. 13, p. 7-14, abr. 2011. Disponível em: <http://perdigital.files.wordpress.com/2011/05/110509_radar13.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2015.
- PATRIOTA, A. A. O Mercosul e a integração regional. *Revista Interesse Nacional*, ano 6, n. 23, p. 1, out./dez. 2013.
- PAVITT, K. Sectoral patterns of technical change: Towards a taxonomy and a theory. *Research Policy*, Brighton (UK), v.13, n.6, p.343-373, 1984. Disponível em: <http://www.uniroma2.it/didattica/EIN/deposito/Pavitt_1984.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2014.
- POSSER, D. R.; MASSUQUETTI, A. The brazilian export profile by technological intensity. *Revista Brasileira de Economia de Empresas*, Brasília, v. 2, p. 94-108, 2014.
- REIS, M.; AZEVEDO, A. O impacto da criação do Mercosul no fluxo de comércio bilateral: uma abordagem com o modelo gravitacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA - ANPEC, 36., 2008, Salvador (BA). *Anais ...* Rio de Janeiro (RJ): ANPEC: 2008.

SONAGLIO, C. M. et al. Evidências de desindustrialização no Brasil: uma análise com dados em painel. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 347-372, 2010.

TRICHES, D. *Economia política do Mercosul e aspectos monetários, cambiais e o euro em perspectiva*. Caxias do Sul: Educs, 2003.

VASCONCELOS, C. R. F. O Comércio Brasil-Mercosul na década de 90: uma análise pela ótica do comércio intra-indústria. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 57, n.1, p. 283-313, jan./mar. 2003.